

DE BENJAMIN CONSTANT A MENDONÇA FILHO: BREVE HISTÓRICO DA SOCIOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL

Pedro Vitor de Souza Lopes¹

INTRODUÇÃO

O ensino de Sociologia na Educação Básica brasileira é um tema complexo que vem suscitando várias questões para o debate acadêmico ao longo do tempo. A questão mais recente está ligada à Reforma do Ensino Médio, aprovada em 2017 e à publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2018, fenômenos interdependentes que modificaram o currículo nacional.

Nesse contexto, a presença da Sociologia enquanto disciplina escolar se vê novamente ameaçada, diante de “inovações curriculares” fragmentadas e com claro viés neoliberal, que têm como objetivo oculto o distanciamento entre estudantes e uma formação crítica, de caráter emancipatório.

Esse comportamento não deve ser dissociado da influência cada vez mais acentuada de neoliberais e neoconservadores, segundo Apple (2001), nas políticas educacionais em parâmetro global, cenário no qual se insere a sanha reformista enfrentada pelo Brasil no final da década de 2010, baseada nos interesses do mercado e das grandes corporações. Com isso, perde-se força os conhecimentos historicamente construídos e disciplinas como a Sociologia, entendida como parte nuclear de uma formação humanística.

No entanto, não há como compreender de forma consistente a atualidade da Sociologia escolar brasileira sem remontar sua história no currículo básico do país. Analisar esse percurso é fundamental para entender os contextos sociais e, sobretudo, políticos, que determinaram a trajetória de intermitência da disciplina nas diretrizes nacionais, gerando consequências na contemporaneidade.

Nesse sentido, o objetivo central deste trabalho é debater, à luz da teoria especializada, fatos importantes da história da Sociologia enquanto disciplina escolar no Brasil, apresentando, de forma sintética e embasada, seu espaço nas diversas reformas educacionais implementadas a partir do final do século XIX até o ano 2017, quando o governo Michel Temer, através do Ministério da Educação (MEC), comandado por Mendonça Filho, lança mão da Lei nº. 13.415/2017, responsável por reestruturar o Ensino Médio nacional.

¹ Mestrando do curso de Mestrado Profissional em Sociologia (ProfSocio) da Univasf - BA, branco, gênero masculino, pvsouzalopes@gmail.com ;

Para cumprir com esta finalidade, o estudo se baseia na abordagem qualitativa, utilizando como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica, através da visitação à teoria especializada e observação de documentos pertinentes ao tema. No plano teórico, contribuem para análise das informações, autores como Chervel (1990), Goodson (2007), Feijó (2012), Bodart e Tavares (2020), entre outros nomes.

O texto resume, a partir da chamada Reforma Benjamin Constant, as diversas modificações no ensino básico e no currículo nacional, tendo por ênfase a situação da Sociologia escolar. Nessa conjuntura, fica evidente que o trajeto da disciplina varia ao sabor da política, em seu plano governamental e ideológico, influenciada por setores abastados da sociedade, interessados em manter o status quo, que nega a classe trabalhadora o direito à educação de qualidade. Nesse sentido, a presença da Sociologia no currículo vai de encontro ao que pretende as elites, sendo vetor de criticidade para os jovens, algo essencial para desnaturalização de posições sociais historicamente estruturadas pelo poder e pela economia. Elemento que ao passo que explica os ataques sofridos pela disciplina, serve de argumento daqueles que advogam pela sua permanência no Ensino Médio brasileiro.

ITENS DA CAPA DO TRABALHO COMPLETO

Pedro Vitor de Souza Lopes

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 03

[História do Ensino de Sociologia no Brasil]

De Benjamin Constant a Mendonça Filho: Breve Histórico da Sociologia Escolar no Brasil

Belém, Pará

2023

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

De forma objetiva, buscar-se-á compreender o lugar da Sociologia nas diversas reformas educacionais perpetradas no Brasil a partir da década de 1890, através de uma abordagem qualitativa.

Segundo Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p.243),

Os estudos qualitativos se caracterizam como aqueles que buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem e do qual faz parte. Para tanto o investigador é o instrumento principal por captar as informações, interessando-se mais pelo processo do que pelo produto.

Compreender o percurso da Sociologia no decursos dessas reformas é essencial, pois possibilita uma visão alargada do fenômeno, fundamentada na análise dos contextos em que elas se desdobram e na identificação dos atores sociais que as determinam.

Como instrumento da perspectiva qualitativa se insere a pesquisa bibliografica, que tem por finalidade “o aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas” (SOUSA;OLIVEIRA;ALVES, 2021, p.65), sendo o recurso metodológico que norteia este trabalho.

Assim sendo, os argumentos trazidos partem da reunião de estudos já publicados sobre a história da Sociologia escolar no Brasil, com base em pesquisa bibliografica realizada em plataformas de artigos científicos, com auxilio do Google Acadêmico. A partir da definição do arcabouço teórico, passou-se a leitura dos textos , a fim de traçar as convergências acerca das características das reformas educacionais implementadas no Brasil de 1890 a 2017, tendo como lente de interpretação a teoria crítica do currículo e a pedagogia historico-critica.

DESENVOLVIMENTO/REFERENCIAL TEÓRICO

Assim como as transformações sociais vividas pela Europa, com as revoluções burguesas, ensejaram o surgimento da Sociologia no mundo, a ciência ganha espaço no Brasil paralelamente às mudanças estruturais provenientes da fragmentação da sociedade imperial.

O ideal positivista largamente difundido entre os entusiastas da nova república, levou Benjamin Constant, então ministro da instrução pública, a propor, em 1890, uma reforma educacional que enfatizava o caráter científico e laico do ensino secundário no país, em contraposição ao propedêutico, incluindo a Sociologia como disciplina essencial à formação dos estudantes. No entanto, mais uma vez, o plano não foi levado adiante. Com a morte de Constant e assumpção de Epitácio Pessoa ao ministério, a proposta foi descaracterizada e a obrigatoriedade da disciplina retirada do texto.

Os anos que se seguiram a partir de 1901, com a Reforma Epitácio Pessoa, foram de total ausência da disciplina, que só voltou à cena nos anos 1920. (ZANARDI, 2013, p.89).

É apenas em 1925, através da Reforma Rocha Vaz, que a disciplina vai se efetivar no programa da escola secundária no país, conforme Feijó (2012, p.136), “a Sociologia tornou-se, então, disciplina obrigatória do 6º ano juntamente com História da Filosofia, Literatura Brasileira e Literatura das Línguas Latinas”.

Em 1931, a Reforma Francisco Campos, a primeira de caráter nacional, ampliou a presença da disciplina, determinando sua obrigatoriedade nos anos finais da escola secundária, em todas as áreas de formação. Esse “avanço” é marcado, sobretudo, pela mobilização dos intelectuais da época preocupados com a formação de uma elite dirigente.

No final dos anos 1930, a crise política provocada pela Intentona Comunista traz uma forte reação ideológica do Governo Vargas, que aumenta o controle estatal sobre o sistema educativo, colocando o ideal anticomunista no cerne da organização pedagógica. É nesse contexto que, em 1942, surge a reforma apresentada pelo então ministro da educação Gustavo Capanema, inaugurando mais um longo período de desobrigação do ensino de Sociologia na escola básica, que perdurará até 2008, ano em que é aprovada a Lei n. 11.684/2008, que retoma a obrigatoriedade da disciplina no Ensino Médio brasileiro, em amplitude nacional.

De 2008 a 2017, foram nove anos em que Sociologia buscou consolidar seu espaço na escola, aprimorar seu status, sofrendo uma nova ameaça com a Lei nº 13.415/2017, denominada aqui de Reforma Mendonça Filho, que tornou a obrigatoriedade da disciplina uma questão interpretativa. Na Lei nº. 11.684/2008, por exemplo, há determinação literal da obrigatoriedade, enquanto a Lei nº. 13.415/2017 não a garante claramente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das considerações de Chervel (1990), podemos levantar hipóteses de que a disciplina de Sociologia, por sua instabilidade no sistema educacional brasileiro, venha sendo prejudicada na sua possibilidade de produção de efeitos. No mesmo sentido, Bodart e Tavares (2020, p.765) argumentam que

[...] o longo período de ausência da Sociologia no currículo do ensino secundário brasileiro parece ter dificultado sua consolidação na cultura escolar, gerando, entre outros entraves, provável desvalorização da disciplina o que, por sua vez, pode impactar negativamente no processo de aprendizagem, na qualidade do trabalho docente e na sua permanência no ensino médio.

Infelizmente, a questão elencada pelos autores trata-se de um problema ainda não superado e que pode se aprofundar, dada a nebulosidade que paira sobre o sistema educacional brasileiro, especialmente acerca do ensino de Sociologia, diante da Reforma Mendonça Filho e da BNCC.

No entanto, é preciso salientar que a situação vivida hoje lembra em muitos outros momentos do passado, períodos em que a Sociologia escolar foi deliberadamente fragilizada, fazendo crer que tais ataques não são aleatórios ou desconectados e sim parte de uma política perversa de precarização do ensino público e de aprofundamento das desigualdades.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Sociologia escolar, História da Sociologia, BNCC, Educação.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. Reestruturação educativa e curricular e as agendas neoliberal e neoconservadora: entrevista com Michael Apple. **Currículo sem fronteiras**, v. 1, n. 1, p. 5-33, 2001.

BODART, C. N.; TAVARES, C. S.. O Status da Sociologia Escolar: O que Pensam os Alunos?. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 25, n. 3, p. 764-782, 2020.

BRASIL. Lei 13.415. Diário Oficial da União, 17.2.2017, Seção 1, p.1

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação, Porto Alegre, n. 2. p.177-229, 1990.

FEIJÓ, F. Breve Histórico do Desenvolvimento do Ensino de Sociologia no Brasil. **PerCursos**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 133 - 153, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2508>. Acesso em: 27 mar. 2022.

GOODSON, I. Da História das disciplinas ao mundo do ensino: entrevista com Ivor Goodson. **Educ. rev**, p. 121-126, 2007.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L.. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.

SOUSA, A, S.; OLIVEIRA, G. S. ; ALVES, L. H.. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

ZANARDI, G. S. De Benjamin Constant à lei 11.684/08: uma breve trajetória das tentativas de inclusão da disciplina sociologia no currículo da escola brasileira. **Sociologias Plurais**, v. 1, n. 2, 2013.